

AUDIÊNCIA PÚBLICA · 10 DE AGOSTO DE 2026

Terra Indígena Yanomami: o que os recursos consolidaram

A leitura do Ministério Público Federal a partir de procedimentos e ações dos últimos 10 anos

● Alisson Marugal · Procurador da República

7º Ofício — Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais · PR/RR

1

Delimitação: o que o MPF pode dizer

Não auditamos execução. Verificamos se o direito chegou ao território.

- **Atuamos de ofício e por provocação.**

Por estrutura, dependemos essencialmente da sociedade civil e de outros órgãos — inclusive TCU e CGU — para alcançar o que não é visível de fora do território.

- **Instauramos quando o Estado se omite; arquivamos quando entrega.**

Diversos procedimentos de saúde e garimpo foram arquivados, com acompanhamento pontual. Segurança alimentar e educação seguem em fiscalização estrutural.

- **O acervo de 10 anos deste ofício.**

É um indicador de resultado no território

O QUE O ACERVO MOSTRA

O que separa o consolidado do pendente não é o volume de recurso — é a natureza da ação.

Resultados de curto prazo, como expulsão de garimpeiros e alimentação emergencial, responderam ao esforço concentrado.

Ações estruturantes (educação, saúde, segurança alimentar e recuperação ambiental), apesar dos avanços, esbarram em desafios de implementação (tempo, governança, orçamento).

2

Proteção territorial: o resultado

O mesmo xapono, com dois anos e dez meses de intervalo.



1º DE FEVEREIRO DE 2023

Garimpo em atividade: água turva e barrenta, cavas junto ao xapono.



DEZEMBRO DE 2025

Garimpo retirado; entorno em regeneração. Imagens: MPF.

2

Proteção territorial: o que permanece

Efeito de presença. A permanência depende de estrutura.

1

Plano de monitoramento territorial permanente

A União foi condenada a apresentá-lo na ACP 1001973-17.2020 e ainda não o fez. Cobrança extrajudicial em curso, com possibilidade de execução de sentença.

2

Destinação dos minérios apreendidos

Na ACP 1004065-94.2022, JFRR e TRF1 fixaram que valores de leilão de bens minerais extraídos em terra indígena devem reparar o dano coletivo. Os recursos ainda não chegaram.

3

Circulação de armas nas comunidades

Procedimento 1.32.000.001149/2025-11, instaurado após ataque armado a liderança em Surucucu. É hoje o fator de maior risco para as comunidades e para as equipes em campo.

4

Recuperação ambiental

A desintrusão encerrou a conduta; não encerrou o dano. *Acompanhada no procedimento nº 1.32.000.000697/2025-16.*

Saúde: da atuação estrutural à pontual

Da recomendação de reestruturação ao acompanhamento de casos específicos.

O QUE HAVIA ATÉ 2022

Serviço desestruturado e unidades de saúde fechadas. Falta de profissionais e logística aérea insuficiente. Aumento de remoções e piora dos indicadores: mortalidade, malária e subnutrição.

O QUE MUDOU

Arquivamos o acompanhamento da reestruturação: ampliação do quadro de profissionais, reabertura de unidades, melhoria da logística aérea, contratação da AGSUS e recuperação dos indicadores.

O QUE INSTAURAMOS

Construção de posto de saúde, regularização de pistas de pouso, atendimento em regiões mais isoladas, cobertura vacinal em Surucucu, acidente aéreo e atendimento no Hospital da Criança.

- Dificuldade de fiscalização: ofícios respondidos de forma genérica ou por remissão ao material público do COE, em lugar do dado técnico requisitado. Em seis anos de interlocução com a Sesai, não encontrei essa dificuldade.

4 Segurança alimentar: o alcance ainda é desigual

Inquérito Civil nº 1.32.000.000269/2022-41 — em fiscalização estrutural.

2022: 56%

das crianças acompanhadas pela vigilância nutricional apresentavam déficit de peso em 2022. Segundo dados do COE, hoje 46% estão abaixo do peso.

2022: Homoxi 82% · Xitei 72% · Surucucu 78%

- Houve resposta e houve recurso: cestas de alimentos, centros de recuperação nutricional, contratação de nutricionistas e projetos de sistemas produtivos executados por institutos federais.
- Missão do MPF a Xitei e Homoxi, em dezembro de 2025, registrou a “fome de carne”. Nenhum projeto de segurança alimentar na região — apenas entrega emergencial de cestas.
- A entrega emergencial responde à urgência. A recuperação dos sistemas produtivos — roças, caça, pesca — é ação estruturante e ainda não alcançou as regiões mais atingidas.

Fluxos pendulares às cidades

Desafio permanente, ainda sem abordagem estrutural conjunta. Acompanhamos o plano de ação para os Yanomami Yawari (1.32.000.001008/2025-91) e a situação dos Sanumá em Boa Vista (1.32.000.000608/2024-51).

5

Educação: falta chegar à escola

Inquérito Civil nº 1.32.000.000776/2020-12 — em fiscalização estrutural.

23

escolas yanomami sem prédio próprio e de acesso exclusivamente aéreo; 3 haviam recebido visita técnica até maio de 2025 (SEINF/RR)

251

alunos registrados na maior escola em funcionamento da TIY — constatada inoperante em visita do MPF em abril de 2025

8

escolas contempladas na TIY pelo Novo PAC Indígena, com R\$ 35 milhões — duas delas em Roraima, uma yanomami e uma Ye'kwana

- Houve execução descentralizada a universidades e institutos federais — EJA Sanöma, magistério indígena, casas da escola. O que ainda falta é instrumento de repasse para a rede que opera as escolas, que é a estadual.
- A logística é o gargalo: material escolar disponibilizado e não transportado, obras condicionadas ao transporte aéreo. Daí a recomendação conjunta em curso para termo de cooperação entre MEC, SEED, Funai e município.
- Surucucu, Xitei, Homoxi e Parima permanecem fora dos projetos federais; o ofício que pediu a motivação segue sem resposta.

Conclusão

Há avanço inegável: a crise humanitária foi interrompida com a retirada do garimpo e a reestruturação do serviço de saúde, e retomaram-se as pautas de segurança alimentar e de educação.

O QUE SEGUE PENDENTE

- Plano de monitoramento territorial permanente e desarmamento das comunidades
- Destinação dos minérios apreendidos à proteção do território, já reconhecida pelo TRF1
- Melhoria do atendimento de saúde nas regiões mais isoladas e expansão dos projetos de segurança alimentar a essas regiões
- Retomada da educação escolar por meio do TEEYY e logística permanente de acesso às escolas
- Maior transparência na execução dos recursos (painel de monitoramento?) e dos dados técnicos da saúde indígena

Todas essas ações são estruturantes: só produzem resultado se tiverem continuidade orçamentária e de governança.